

Famílias nos Censos 2011

Diversidade e Mudança

Anabela Delgado
Karin Wall
(coordenadoras)



INSTITUTO NACIONAL DE ESTATÍSTICA
STATISTICS PORTUGAL



Imprensa
de Ciências
Sociais

Edição conjunta do Instituto Nacional de Estatística
e da Imprensa de Ciências Sociais



INSTITUTO NACIONAL DE ESTATÍSTICA
STATISTICS PORTUGAL

Instituto Nacional de Estatística, I. P.
Av. António José de Almeida
1000-043 Lisboa – Portugal
Telefs.: 808 201 808 (rede fixa nacional) – 218 440 695 (outras redes)
www.ine.pt
E-mail: info@ine.pt

Imprensa de Ciências Sociais

U LISBOA

**UNIVERSIDADE
DE LISBOA**

**Instituto de Ciências Sociais
da Universidade de Lisboa**
Av. Prof. Aníbal de Bettencourt, 9
1600-189 Lisboa – Portugal
Telef. 21 780 47 00 – Fax 21 794 02 74
www.ics.ul.pt/imprensa
E-mail: imprensa@ics.ul.pt

Catálogo na Publicação

Famílias nos censos 2011 : diversidade e mudança /
Anabela Delgado, Karin Wall (coordenadoras). -
Lisboa : Instituto Nacional de Estatística : ICS. Imprensa de Ciências Sociais, 2014. -
ISBN 978-989-25-0290-8 (INE)
ISBN 978-972-671-336-4 (ICS)
Família - Portugal / Censos - 2014 / Conjugalidade
CDU 316.3



Capa e concepção gráfica: João Segurado
Revisão: Levi Condinho
Impressão e acabamento: INE, I. P.
Depósito legal: 375221/14
1.ª edição: Maio de 2014
Tiragem: 350 exemplares
PVP: 10,00 €

Índice

Os autores	17
Nota de apresentação	21
Introdução	23
<i>Anabela Delgado e Karin Wall</i>	
Capítulo 1	
Principais tendências demográficas: as últimas décadas	25
<i>Cláudia Pina e Graça Magalhães</i>	
Capítulo 2	
Evolução das estruturas democráticas em Portugal, 1960-2011 ..	43
<i>Karin Wall, Vanessa Cunha e Vasco Ramos</i>	
Capítulo 3	
Dinâmicas regionais de mudança nas famílias (2001-2011)	65
<i>Sofia Aboim</i>	
Capítulo 4	
Transformações familiares recentes: uma perspetiva territorial ..	87
<i>Cátia Nunes</i>	
Capítulo 5	
Pessoas sós em Portugal: evolução e perfis sociais	125
<i>Maria das Dores Guerreiro e Ana Caetano</i>	

Capítulo 6

**A evolução da conjugalidade em Portugal: principais tendências
e modalidades da vida em casal 155**

Vanessa Cunha e Susana Atalaia

Capítulo 7

Famílias monoparentais: linhas de continuidade e de mudança . . 177

Sofia Marinho

Capítulo 8

Famílias complexas: tendências presentes 197

Pedro Vasconcelos

Capítulo 9

A diversidade das famílias com descendência numerosa 209

Vasco Ramos

Capítulo 10

**As famílias recompostas em Portugal: dez anos de evolução
(2001-2011) 225**

Susana Atalaia

Capítulo 3

Dinâmicas regionais de mudança nas famílias (1991-2011)

Introdução

Ao longo dos últimos vinte anos foram muitas as mudanças que atravessaram a vida familiar. Neste sentido, família e mudança são termos frequente e inevitavelmente acoplados, na medida em que se torna necessário descrever e interpretar as transformações nas formas de organizar e viver em família, bem como a evolução dos comportamentos familiares e demográficos.¹ Em traços gerais, os «grandes números» das estatísticas oficiais (tais como os da informação censitária) mostram um retrato sociológico bastante diverso do do passado e marcado pela progressão de movimentos contrastantes, mas que, entrecruzados, traduzem uma realidade em rápida mudança (Aboim 2003; Wall e Aboim 2003).

Em duas décadas, a vida familiar viu-se simultaneamente marcada por tendências de conjugalização, de individualização e de envelhecimento muito acentuadas (*e. g.*, Cabral *et al.* 2013). Na conjugalidade abriu-se campo para o crescimento exponencial da coabitação informal e dos nascimentos fora do casamento, do divórcio e da recomposição familiar, multiplicando-se as formas possíveis de constituição e dissolução dos casais, uma forma doméstica e familiar ainda dominante, mas com tendência para decrescer. Na fecundidade ressalta a queda acentuada do número de filhos, permitida primeiro pela generalização da contraceção e do planeamento familiar, e atualmente pelo impacto negativo do empobrecimento da população portuguesa. Na organização da vida doméstica,

¹ Para um retrato aprofundado das mudanças ocorridas nos comportamentos demográficos e nas formas de família e de co-residência, ver, neste livro, os capítulos 1 e 2.

o aumento de pessoas sós, que atravessa hoje todos os grupos etários – não obstante a concentração deste tipo de agregado doméstico entre os mais velhos –, ou de formas familiares em que o casal está ausente concorre com o padrão conjugal de organização da vida privada, sugerindo o alargamento das maneiras de viver em família. A diminuição da dimensão média da família e o decréscimo das famílias complexas (em que várias gerações partilham a mesma casa ou vários núcleos familiares vivem juntos) contrastam ainda com as formas de organização dos grupos domésticos existente no Portugal do passado (Wall *et al.* 2013, entre outros).

Em face das mudanças observadas nas formas de co-residência das famílias portuguesas entre 1991 e 2011, neste capítulo propomo-nos, num olhar de longe e necessariamente macrossocial, analisar as principais tendências de transformação operadas no nosso país, dando prioridade à diversidade regional dessas mesmas mudanças. Por outras palavras, pretendemos mostrar de que formas persistem ainda contrastes regionais – entre Norte e Sul, interior e litoral, urbano e rural – e recortes diversos ancorados no espaço geográfico para compreendermos a amplitude e a diversidade interna das grandes transformações a que fizemos alusão, mas que nem sempre os números globais deixam entrever com maior detalhe.

Metodologia e dados

Para concretizar este objetivo, trazendo à luz do dia os diferentes rumos e ritmos espaciotemporais da mudança nas formas como os agregados domésticos e as famílias se organizam em diferentes modos de habitar e viver,² realizámos uma análise ecológica (Magurran 1988; King 1997), ou seja, uma análise de dados agregados e das suas variações. Apesar das limitações que, por vezes, são apontadas a este tipo de metodologia, que prevê a necessária extrapolação de comportamentos indivi-

² A tipologia que aqui utilizamos segue a proposta de classificação de Hammel e Laslett (1974), que estabelecem cinco categorias principais de agregado: I) agregados domésticos de pessoas sós; II) agregados domésticos de várias pessoas sem estrutura conjugal; III) agregados domésticos de famílias simples (casais sem filhos, casais com filhos, pessoas a viver com filhos); IV) agregados domésticos de famílias simples alargadas (famílias simples a viver com outras pessoas); e V) agregados domésticos de famílias múltiplas (duas ou mais famílias simples a viver no mesmo alojamento). Contudo, para maior informação e detalhe na explicação destas categorias e a forma como nelas se enquadra a classificação de «família clássica» e de «núcleos familiares» utilizada nos Censos, ver o capítulo 1 deste livro.

duais para um nível agregado e, por isso, redutor da diversidade existente na realidade social, uma análise de nível nacional facilita uma visão de conjunto, pela comparação regional que permite.³ Examinamos, assim, através da metodologia ecológica, as 30 NUTS III em que se divide o território nacional, constituindo estes os dados agregados que nos servem de unidade de análise estatística. A análise da diversidade regional foi efetuada de modo a abranger dois períodos intercensitários: 1991-2001 e 2001-2011. A comparação entre estes dois períodos temporais é considerada essencial para que se possam compreender as dinâmicas de mudança, quase sempre lentas, que observamos nos modos de co-residência e organização das famílias.

A comparação estatística dos dados agregados por NUTS III em três momentos censitários (1991, 2001 e 2011) foi realizada recorrendo a duas análises hierárquicas de *clusters*, perscrutando primeiro os resultados censitários de 1991 e os de 2001 e depois repetindo o procedimento de forma a observar as mudanças operadas entre 2001 e 2011. Desta forma, a identificação dos diferentes perfis que apresentamos neste capítulo (quadros 3.1 e 3.2) foi obtida através da análise da variação regional do seguinte conjunto de indicadores: os tipos de agregados domésticos; os tipos de núcleos familiares (nomeadamente, os núcleos monoparentais, os núcleos conjugais a viverem em união de facto e as famílias recompostas),⁴ a estrutura etária da população a viver em agregados de pessoa só e o índice de envelhecimento. Em termos de procedimentos, num primeiro momento, construiu-se uma base de dados a nível das NUTS III, perfazendo assim um total de 30 casos, para os quais se selecionaram dados de 1991, 2001 e 2011. Num segundo momento, procedeu-se então à realização das duas análises hierárquicas de *clusters*, procedimentos estatísticos que nos permitiram agrupar as 30 regiões de acordo com critérios de proximidade entre os vários indicadores, tendo-se obtido em cada uma das análises temporais seis grupos com geografias significativamente diferenciadas e consistência interna relevante quer estatística, quer sociologicamente. Os grupos identificados através da análise de *clusters*, mau grado serem seis em ambos os decénios, revelam dinâmicas diversas no respeitante às mudanças operadas na vida familiar e doméstica. Justifica-se deste modo a nossa opção metodológica de analisar cada uma das décadas sob obser-

³ Na análise dos agregados domésticos e da vida familiar, este tipo de análise foi já utilizada por Rowland (1997).

⁴ Cada um destes tipos específicos de família é descrita com detalhe nos capítulos subseqüentes deste livro.

vação separadamente, ao invés de procurarmos obter uma tipologia geral que abrangesse de uma só vez os vinte anos de mudanças na família que aqui examinamos.

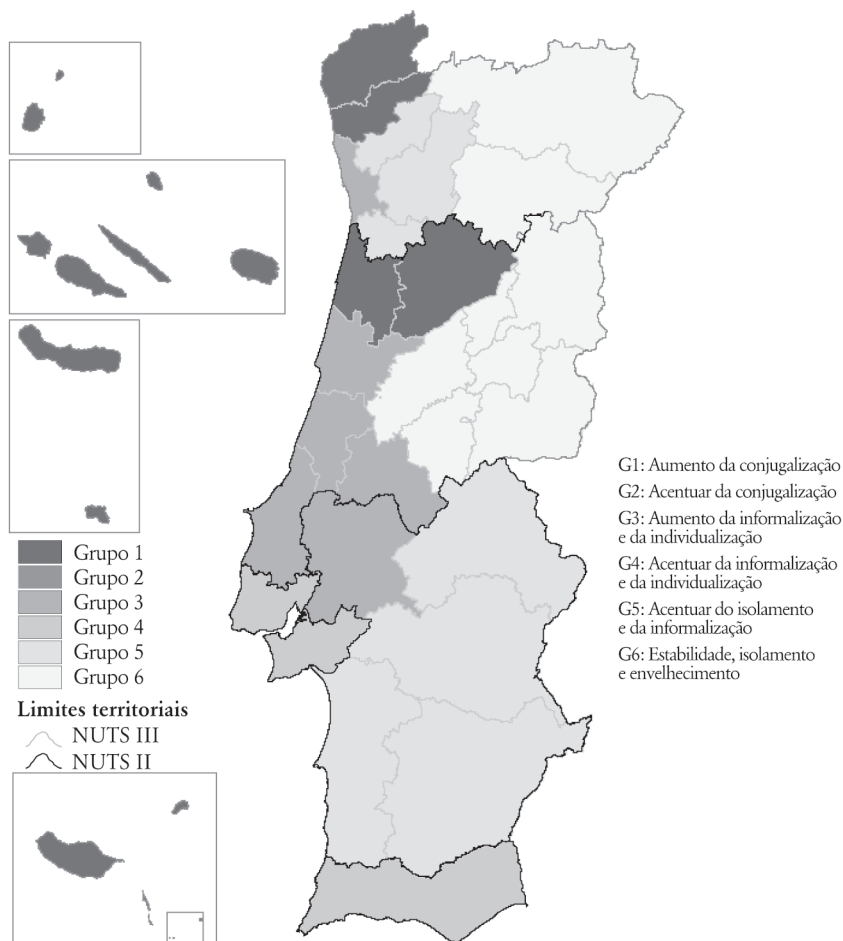
Os resultados que apresentamos neste capítulo traduzem-se assim em dois «mapas regionais» (mapas 3.1 e 3.2) dos principais movimentos de transformação ocorridos respetivamente entre 1991 e 2001 e entre 2001 e 2011. Pelos diferentes cenários e ritmos de mudança operados em Portugal, encontramos, desta forma, tendências relativamente diversas ao interpretarmos, sob o prisma da diferenciação regional, as transformações da vida familiar nestes dois períodos temporais.

Num primeiro momento, debruçamo-nos sobre a última década do século XX e identificamos as grandes dinâmicas regionais de transformação da vida familiar, descobrindo, sob a diversidade albergada nos anos 90, duas linhas de força principais: a conjugalização, ou seja, o aumento dos núcleos conjugais a viverem em agregados de famílias simples (sem outros parentes ou outras pessoas em casa), e a individualização, ou seja, o reforço dos agregados de pessoas sós e das famílias monoparentais bem como da coabitação conjugal, elementos teorizados enquanto sinalizadores de um movimento que mostra uma passagem da família como instituição e âncora de sobrevivência para formas familiares mais informais e mais centradas no indivíduo (Giddens 1992; Beck e Beck-Gernsheim 2002). No segundo período sob escrutínio, encontramos igualmente grande diversidade, ao mesmo tempo que se reforçam, também em linhas gerais, as tendências de individualização e se sentem com mais acuidade os efeitos do acentuadíssimo envelhecimento da população portuguesa. Finalmente, discutiremos, procurando aferir a relevância da diversidade regional, a sobreposição entre convergência regional e a permanência de diferenciação espacial em matéria de vida familiar.

Entre a conjugalização e a individualização: 1991-2001

Globalmente, entre 1991 e 2001 assistiu-se, nas dinâmicas da vida familiar, a uma desinstitucionalização progressiva dos comportamentos conjugais e a um reforço dos casais a viverem em agregados de famílias simples, bem como a um movimento tendencial de reforço da individualização da vida privada. Porém, a par destas grandes tendências, foi igualmente possível descortinar padrões regionais diferenciados, atestando nuns casos o efetivo incremento da individualização e da infor-

Mapa 3.1 – Dinâmicas regionais de transformação da vida familiar 1991-2001



malização na vida familiar, e noutros nem tanto. A diversidade espacial do país no decénio em análise é evidente quando observamos os contrastes entre diferentes regiões (NUTS III). A análise hierárquica de *clusters* – método estatístico anteriormente descrito – permitiu identificar, com consistência, seis perfis regionais (mapa 3.1 e quadro 3.1). Cada um destes perfis revela formas diferenciadas de organização da vida familiar, permitindo traçar as fronteiras que então dividiam o país.

Nos anos 90 do século XX, como aliás já assinalámos, um primeiro grande movimento transformador refere-se às dinâmicas de conjugalização que, nalgumas regiões de Portugal, ganharam destaque e noutras se

Quadro 3.1 – Dinâmicas regionais de transformação da vida familiar 1991-2001: perfis regionais

	Grupo 1		Grupo 2		Grupo 3		Grupo 4		Grupo 5		Grupo 6	
Total	2001	1991	2001	1991	2001	1991	2001	1991	2001	1991	2001	1991
	Conjugualização		Acentuar da conjugualização		Aumento da informalização e da individualização		Acentuar da informalização e da individualização		Acentuar do isolamento e da informalização		Estabilidade, isolamento e envelhecimento	
	Minho-Lima Cávado Baixo Vouga Dão-Lafões Açores Madeira		Ave Tâmega Entre Douro e Vouga		Grande Porto Baixo Mondego Pinhal Litoral Oeste Médio Tejo Lezíria do Tejo		Grande Lisboa Península de Setúbal Algarve		Alentejo Litoral Alentejo Alentejo Central Baixo Alentejo		Douro Alto de Trás-os- -Montes Pinhal Interior Norte Pinhal Interior Sul Serra da Estrela Beira Interior Norte Beira Interior Sul Cova da Beira	
(%)												
	2001	1991	2001	1991	2001	1991	2001	1991	2001	1991	2001	1991
Estruturas domésticas												
Dimensão média da família	2,8	3,1										
Pessoas sós	17,3	13,6										
Várias pessoas	2,2	3,0										
Agregados de famílias simples	70,1	69,4										
Casais sem filhos	22,0	20,0										
Casais com filhos	41,1	43,9										
Monoparentais	7,0	5,6										
Agregados de famílias complexas	10,4	13,9										
Casais em coabitação*												
Total	6,9	3,9										

	Total	Grupo 1 Conjugalização	Grupo 2 Acentuar da conjugalização	Grupo 3 Aumento da informalização e da individualização	Grupo 4 Acentuar da informalização e da individualização	Grupo 5 Acentuar do isolamento e da informalização	Grupo 6 Estabilidade, isolamento e envelhecimento
(%)	NUTS III	Minho-Lima Cávado Baixo Vouga Dão-Lafões Açores Madeira	Ave Tâmega Entre Douro e Vouga	Grande Porto Baixo Mondego Pinhal Litoral Oeste Médio Tejo Lezíria do Tejo	Grande Lisboa Península de Setúbal Algarve	Alentejo Litoral Alto Alentejo Alentejo Central Baixo Alentejo	Douro Alto de Trás-os- -Montes Pinhal Interior Norte Pinhal Interior Sul Serra da Estrela Beira Interior Norte Beira Interior Sul Cova da Beira
	2001 1991	2001 1991	2001 1991	2001 1991	2001 1991	2001 1991	2001 1991
Núcleos monoparentais**							
Com filhos de todas as idades	17,9 13,1	18,0 13,9	14,3 12,1	16,3 12,1	19,2 12,6	17,1 11,0	15,7 13,0
Com pelo menos 1 filho menor de 18 anos	7,5 6,8	7,1 7,9	5,2 5,6	6,7 5,9	10,2 7,3	6,7 5,1	5,4 5,6
<i>Recompostas***</i>	2,7 -	2,1 -	1,3 -	2,7 -	4,6 -	3,7 -	1,8
<i>Jovens a viver sós</i> <i>(20-29 anos)****</i>	4,3 1,7	2,6 0,7	1,5 1,7	4,9 1,1	6,6 1,7	3,3 2,0	2,9 1,4
<i>Idosos a viver sós</i> <i>(65 e mais anos)****</i>	19,7 18,2	16,2 14,8	16,3 15,8	20,3 18,6	20,8 18,7	22,5 21,2	22,5 21,4

* Total de núcleos de casal a viver em coabitação por 100 núcleos conjugais; ** Total de núcleos monoparentais no total dos núcleos familiares; *** Total de casais que co-residem com filhos não comuns (de anteriores conjugidades/relações) de um ou dos dois cônjuges, por 100 núcleos de casal com filhos; **** Pessoas sós no total da população residente com 15 e mais anos.

acentuaram visivelmente. Nas regiões do Minho-Lima, Cávado, Baixo-Vouga, Dão-Lafões, Açores e Madeira assistiu-se ao «aumento da conjugalização», ou seja, a um acréscimo dos agregados de famílias simples constituídas por um casal, em detrimento dos agregados complexos tradicionalmente elevados nestas regiões. Tornou-se claro o movimento para a maior autonomização residencial dos núcleos conjugais. Era em 2001 mais fácil «casar e ter casa» do que no passado, onde a dependência de pais e sogros era realidade mais comum (Rowland 1997; Wall 1998). Ainda ao abrigo deste movimento de conjugalização, um segundo grupo de regiões — Ave, Tâmega e Entre Douro e Vouga — revela, por seu lado, uma consolidação do casal como pilar da família. Neste caso, e em contraste com o perfil anterior, a predominância de famílias simples de casais com e sem filhos era já visível em 1991. Destacou-se, entre 1991 e 2001, a tendência para a autonomização dos núcleos conjugais. Tanto no primeiro como no segundo grupo, o aumento da proporção de pessoas sós (de qualquer idade) ou de núcleos monoparentais com filhos menores de 18 anos encontrava-se abaixo da média nacional (quadro 3.1).

A segunda grande tendência de mudança nas dinâmicas familiares caracterizou-se, neste período temporal, por um acréscimo, por vezes acentuado, do que entendemos como indicadores de individualização. Como é visível no quadro 3.1, aumentaram as pessoas sós, com algum destaque para a população jovem a viver só, e as famílias monoparentais com filhos menores, e a proporção de casais a viverem em coabitação. Em contrapartida, verificou-se a diminuição da dimensão média da família, da proporção de casais com filhos ou ainda do número de agregados de famílias complexas, tendências que, como veremos, se acentuam no período 2001-2011. Entre 1991 e 2001 foi na faixa litoral do país, de Coimbra a Setúbal, na região do Grande Porto e nas regiões da Grande Lisboa, Península de Setúbal e Algarve, que se tornaram mais vincadas estas tendências. Estas últimas constituíam, e continuam a constituir, um grupo que podemos considerar como a «vanguarda modernista» do país, aproximando-se mais do tracejado que encontramos noutros contextos europeus, onde o movimento de individualização da vida familiar já ganhou mais expressão. Representando à época uma dinâmica de rutura com um cenário de maior conjugalização da vida familiar, encontramos as regiões do Grande Porto, Baixo Mondego, Pinhal Litoral, Oeste, Médio Tejo e Lezíria do Tejo.

Por último, entre 1991 e 2001 verificaram-se movimentos de mudança que, vindos do passado (Bandeira 1996), continuaram a distinguir a faixa interior do país. Com efeito, abrangendo toda a região do Alentejo

(grupo 5), uma dinâmica de «acentuar do isolamento e da informalização conjugal» destaca o acréscimo da percentagem de idosos sós (mais de 20% viviam sós em 2001), de famílias monoparentais com filhos maiores de 18 anos e de práticas conjugais informais, mau grado a diminuição das famílias de casal com filhos. Por outro lado, na faixa interior a norte e ao centro do país, encontrávamos um cenário marcado pela «estabilidade, isolamento e envelhecimento». Destacava-se a permanência de uma elevada proporção de idosos a viverem sós e uma certa erosão das estruturas conjugais de família, realidade que pouco dinamismo sofreu ao longo dos anos 90 do século XX.

Entre a individualização e o envelhecimento: 2001-2011

As mudanças na vida doméstica e familiar foram igualmente muito relevantes quando analisamos o período entre 2001 e 2011, data do último Censo. Sabemos que hoje as famílias são ainda mais pequenas do que em 2001, que as famílias monoparentais estão a aumentar e que a mesma inflexão se aplica às pessoas sós (mais 4,1% do que em 2001), também elas mais numerosas do que há uma década. Sabemos, por outro lado, que mau grado constituírem ainda a forma maioritária de organização da vida familiar, os agregados conjugais, sobretudo os de casal com filhos, têm vindo a diminuir (menos 5,9% do que em 2001). A mesma tendência afeta os agregados de famílias complexas, apesar de estes terem diminuído apenas 1,7% face aos valores de 2001.⁵ Sabemos ainda que os comportamentos demográficos e as formas de encarar o casamento se alteraram profundamente. Face ao início da década de 2000, duplicaram os bebés nascidos fora do casamento (42,8% em 2011), aumentou a taxa bruta de divórcio (2,5‰ em 2011), diminuiu de forma acentuadíssima a proporção de casamentos católicos (apenas 38% em 2012), assistiu-se ao incremento das famílias recompostas (6,6% em 2011) e ao decréscimo do índice sintético de fecundidade (ISF), que baixou de 1,4 em 2001 para somente 1,28 em 2012. Simultaneamente, destaca-se o aumento exponencial do envelhecimento, cujo índice passou de 136,1 em 2001 para 164,8 em 2011. Ou seja, em Portugal, por

⁵ Para uma visão mais aprofundada destas tendências globais ver, em primeiro lugar, o capítulo 2 deste livro, bem como, mais adiante, aqueles que se debruçam, passo a passo, sobre cada um dos principais tipos de agregados domésticos.

cada 100 jovens com menos de 15 anos existem 165 idosos com mais de 65 anos.

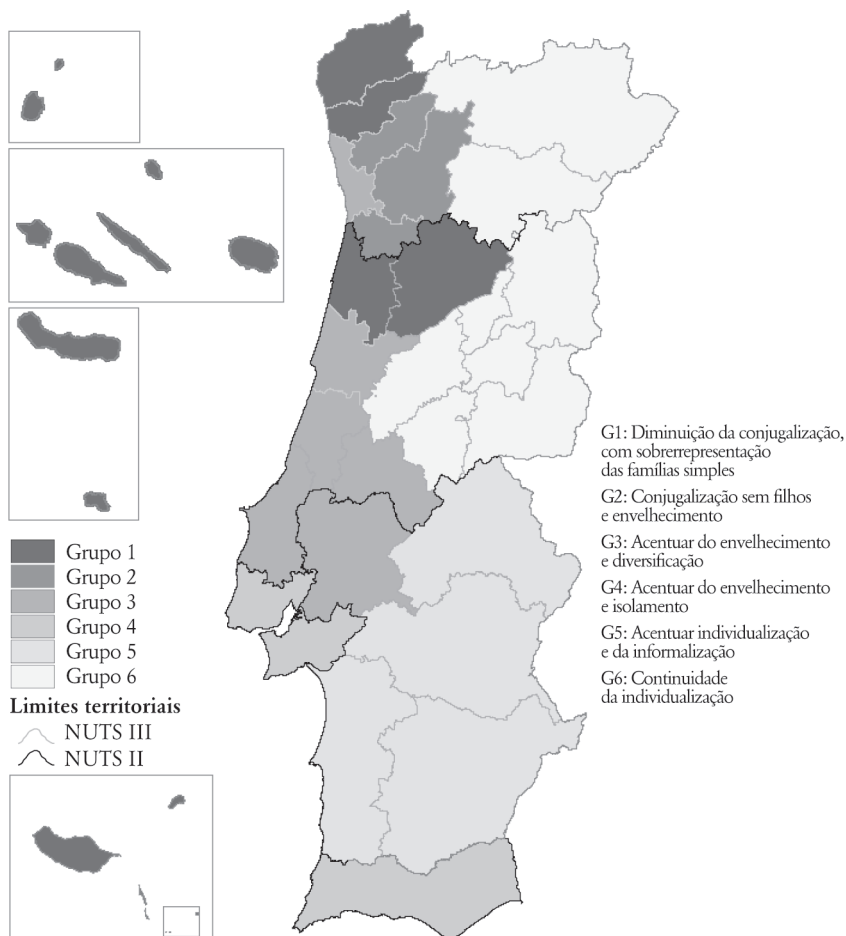
Resumindo, entre os inúmeros indicadores que retratam a reorganização na vida das pessoas e das famílias, todos os que mencionámos não deixam qualquer margem para dúvidas quanto à amplitude e profundidade das transformações ocorridas. Fruto de influências múltiplas, só compreensíveis quando nelas observamos o entrecruzamento de tendências históricas crescentemente sedimentadas com os novos desafios impostos pela crise económica, financeira e social dos anos recentes, os cenários para formar uma família e viver a vida privada são indubitavelmente diversos e convidam a um escrutínio mais detalhado.

Seguindo a mesma metodologia da secção anterior, interessa-nos agora escarpelizar as mudanças operadas nas dinâmicas familiares entre 2001 e 2011, procurando mostrar a diversidade geográfica (a nível das NUTS III) escondida por detrás dos números globais, dos totais calculados para o país. Manter-se-ão os mesmos grandes recortes regionais que identificámos no decénio anterior? Ou haverá, pelo contrário, novas colorações no mapa do país quando analisamos o que mudou entre 2001 e 2011? Quais são hoje, na vida familiar e suas dinâmicas, as grandes fronteiras regionais?

Em primeiro lugar, podemos, desde logo, identificar três grandes tendências que atravessam a sociedade portuguesa contemporânea, estabelecendo um relativo contraste com as dinâmicas mais claramente definidas – quer em forma e estrutura, quer em recorte geográfico – que haviam caracterizado a década de 1990. Ao invés de um contraste entre regiões com maior predominância da conjugalização e regiões mais visivelmente marcadas pelos efeitos da individualização da vida privada, na primeira década do século XXI assistimos a dinâmicas de maior diversificação e sobreposição de diferentes movimentos de mudança, que, entrecruzados de modo diverso, trazem novas colorações ao mapa de Portugal em 2011. Encontramos então um cenário em que se acentuaram as dinâmicas de individualização, com o aumento das pessoas só em todos os grupos etários, das famílias monoparentais, dos casais sem filhos e a viverem em coabitação informal. Por outro lado, o envelhecimento populacional é extraordinariamente marcante, definindo, como veremos, as formas de viver em família e de co-residir num vasto número de regiões do país.

Em seguida, descreveremos mais pormenorizadamente os seis grupos identificados na análise hierárquica de *clusters* que efetuámos (mapa 3.2 e quadro 3.2).

**Mapa 3.2 – Dinâmicas regionais de transformação da vida familiar:
2001-2011**



Os grupos 1 e 2 extraídos através da metodologia ecológica utilizada revelam respetivamente dinâmicas de «diminuição da conjugalização, com sobrerepresentação das famílias simples» e um movimento de «conjugalização sem filhos e envelhecimento». Se esta parece uma diferença pequena em termos dos indicadores que caracterizam estes dois agrupamentos regionais, o estabelecimento de uma fronteira geográfica sociologicamente relevante é ainda assim justificável. No primeiro caso, devemos destacar o decréscimo acentuado dos casais com filhos (menos 7,1% do que em 2001) a par, contudo, com a permanência de um número elevado de agregados domésticos de famílias simples (74% em 2011),

Quadro 3.2 – Dinâmicas regionais de transformação da vida familiar 2001-2011: perfis regionais

	Total	Grupo 1 Diminuição da conjugalização, com sobrerrepresentação das famílias simples	Grupo 2 Conjugalização sem filhos e envelhecimento	Grupo 3 Acentuar do envelhecimento e diversificação	Grupo 4 Acentuar do envelhecimento e isolamento	Grupo 5 Acentuar da individualização e da informalização	Grupo 6 Continuidade da individualização
(%)	NUTS III	Cávado Ave Tâmega Entre Douro e Vouga	Douro Alto Trás-os-Montes Dão-Lafões Alentejo Litoral Alentejo Central Baixo Alentejo	Minho-Lima Grande Porto Baixo Vouga Baixo Mondego Pinhal Litoral Açores Madeira	Pinhal Interior Norte Pinhal Interior Sul Serra da Estrela Beira Interior Norte Beira Interior Sul Cova da Beira Alto Alentejo	Oeste Médio Tejo Lezíria do Tejo	Grande Lisboa Península de Setúbal Algarve
Estruturas domésticas							
Dimensão média da família	2,8	2,6					
Pessoas sós	17,3	21,4	2,7	3,0	2,6	2,7	2,6
Várias pessoas	2,2	1,7	1,9	2,2	1,7	1,5	2,1
Agregados de famílias simples	70,1	76,2	68,7	69,1	69,8	71,7	65,6
Casais sem filhos	22,0	17,3	24,9	20,0	28,1	26,1	24,4
Casais com filhos	41,1	52,5	37,7	41,9	35,9	39,6	31,3
Monoparentais	7,0	6,3	6,1	7,1	5,8	6,0	10,0
Agregados, de famílias complexas	10,4	12,5	10,1	13,1	7,7	8,5	7,5
Casais em coabitação*	6,9	2,8	7,1	4,9	3,8	6,7	12,3

quando a comparação é feita com a média nacional (apenas 68%). Constituído pelas regiões do Ave, Tâmega, Entre Douro e Vouga e Cávado, onde predominava uma dinâmica historicamente consolidada de prevalência do casal como estrutura familiar, notamos agora, analisando os dados de 2011, que esta forte conjugalização da família – importante até 2001 como vimos na secção anterior – sofre agora um abrandamento, mau grado a proporção de casais se encontrar ainda bastante acima da média nacional e o índice de envelhecimento permanecer bastante baixo, ainda inferior ao valor 100. No grupo 2 aparecem associadas a norte as regiões do Douro, Alto de Trás-os-Montes, Dão-Lafões, e a sul o Alentejo Litoral e Central bem como o Baixo Alentejo, tornando visível uma configuração diferente da que encontrámos para o decénio anterior. Em traços gerais, em todas estas regiões se verifica uma sobre-representação dos casais sem filhos, igualmente acompanhada de envelhecimento progressivo e muito mais expressivo. A grande distinção deste grupo face ao primeiro agrupamento reside na percentagem muito baixa de casais com filhos, que perfazem apenas um terço dos agregados de famílias simples. O aumento das pessoas sós, sobretudo no grupo entre os 30 e os 49 anos, é também sinalizador de uma dinâmica de erosão das estruturas familiares conjugais.

O impacto das mudanças demográficas, traduzidas no aumento da coabitação conjugal em detrimento do casamento, no declínio acentuado da fecundidade e num processo de envelhecimento muito marcado, refletem-se igualmente no terceiro agrupamento regional (quadro 3.2), que se pauta por certa heterogeneidade. Nas regiões do Minho-Lima, Baixo Vouga, Açores e Madeira, onde até 2001 notávamos um acentuar das dinâmicas de conjugalização, torna-se agora evidente, à luz da realidade de 2011, um «acentuar do envelhecimento e diversificação das famílias». Dinâmicas semelhantes associam o Grande Porto, o Baixo Mondego e o Pinhal Litoral a este grupo regional, denotando uma inflexão no anterior movimento de acentuar da individualização, que as singularizou ao longo da década de 90. Hoje, esta faixa litoral norte e centro do país revela características semelhantes, diversificando e alterando as linhas de separação regional anteriores. A diminuição dos casais com filhos é, em todas estas regiões, um dado relevante. Este tipo de agregado doméstico passou de 41,9% em 2001 para apenas 36,5% em 2011. Apesar de haver uma certa manutenção dos agregados domésticos de famílias complexas na maioria das regiões que aqui vemos conectadas pelo envelhecimento e por processos de diversificação das formas de família, a tendência para a informalização do casal é visível no aumento da coabitação

conjugal, que atinge 11,2% em 2011. Tal como nos casos descritos anteriormente, é também no grupo dos 30 aos 49 anos que vemos aumentar significativamente a percentagem de pessoas a viverem sós. Ou seja, daqueles que vivem sós, cerca de um quarto encontra-se nesta faixa etária, diminuindo o peso relativo dos mais novos (20-29 anos) e dos mais velhos (mais de 65 anos). Rumou-se, certamente mais numas regiões do que noutras, em direção a uma maior diversificação e complexificação das tendências dominantes em 2001. Quer onde era mais forte a conjugalização e o reforço da autonomia dos casais face às estruturas domésticas de famílias complexas, quer onde se entrevia já um reforço acentuado da individualização (como acontecia na região do Grande Porto), os efeitos do envelhecimento populacional, da informalização da conjugalidade, do decréscimo dos casais com filhos, para nomear alguns indicadores-chave, produziram alguma dose de homogeneização, mitigando diferenças ainda distintivas aquando da realização do Censo de 2001.

Por seu lado, o agrupamento 4 — «acentuar do envelhecimento e isolamento» —, igualmente identificado através dos procedimentos estatísticos utilizados, revela maior estabilidade, destacando-se, sem margem para dúvidas, o acréscimo impressionante dos processos de envelhecimento. A zona interior centro do país forma hoje um bloco regional em que o índice de envelhecimento passou de 189,6 em 2001 para 240,4 em 2011. Ou seja, para cada cem jovens com menos de 15 anos existem 240 pessoas com mais de 65 anos. Tamanha desproporção da pirâmide demográfica, aqui mais vincada do que na generalidade do país (como já anteriormente se observava), tem um profundo efeito modelador nas regiões do Pinhal Interior Norte, Pinhal Interior Sul, Serra da Estrela, Beira Interior Norte, Beira Interior Sul, Cova da Beira ou Alto Alentejo. A percentagem de pessoas sós é elevada (com grande peso dos indivíduos com mais de 65 anos) e a proporção de casais sem filhos atinge cerca de 30%, sendo a mais elevada em termos comparativos. Simultaneamente, a percentagem de agregados de famílias complexas é atualmente a menos expressiva (apenas 6,2% dos agregados), desvelando assim o entrelaçamento entre velhice, solidão, isolamento e provável ausência de redes de apoio. Esta é aliás uma realidade que vários estudos têm vindo a analisar, diagnosticando as dinâmicas associadas ao envelhecimento, sobretudo quando temos, como aqui identificámos, enclaves regionais muito marcados.

Trata-se assim de um processo de envelhecimento que, conduzindo ao isolamento, retrata diversas tendências cruzadas nos mesmos espaços geográficos — o isolamento dos idosos, o isolamento engendrado pela

erosão da proporção de casais a par com o aumento de núcleos monoparentais e também o isolamento associado ao decréscimo dos agregados de famílias complexas. Nestas dinâmicas familiares, acentuadas entre 2001 e 2011, encontramos afinal o reforço de um tracejado que já em 1991 se destacava na geografia do país.

Por fim, os últimos dois grupos — «acentuar da informalização» e «acentuar da informalização e da individualização» — relevam também dinâmicas muito semelhantes às do decénio anterior, continuando a acentuar-se o que entendemos globalmente por processos de individualização e de informalização.

No grupo 5 juntam-se três regiões do centro-sul — Oeste, Médio Tejo e Lezíria do Tejo — destacando-se, face ao período intercensitário 1991-2001, o aumento de dinâmicas de informalização da conjugalidade (18,6% dos casais vivem em união de facto em 2011) e o aumento da recomposição conjugal (9,6% dos núcleos de casal com filhos em 2011) a par com o decréscimo, já habitual, da percentagem de agregados domésticos de casais com filhos. Aumentam também as pessoas sós sobretudo entre o grupo dos 30 aos 49 anos, muito provavelmente em consequência da mutação dos comportamentos demográficos, designadamente do incremento do número de divórcios e separações. Viver só durante esta fase etária será certamente, em muitos casos, uma fase do curso de vida entre uma rutura conjugal e a formação de uma nova família, agora recomposta. Em suma, para melhor diferenciarmos o grupo 5 do grupo 6 (quadro 3.2), destacaríamos o aumento muito considerável das conjugalidades informais e da recomposição familiar, cujos números vêm reforçar as dinâmicas já identificadas para o decénio anterior.

Por seu lado, em clara linha de continuidade com as mudanças operadas entre 1991 e 2001, as regiões da Grande Lisboa, Península de Setúbal e Algarve mantêm e acentuam dinâmicas de individualização da vida doméstica e familiar. Em números agregados (quadro 3.2), verificamos ser aqui que atualmente se observam as mais elevadas percentagens de pessoas a viverem sós (com grande peso do grupo etário dos 30 aos 49 anos), o menor número de agregados de casais com filhos e o maior número de núcleos monoparentais com pelo menos um filho menor de 18 anos. Inversamente, diminuem os casais com filhos e os agregados de famílias complexas. A relativa erosão das dinâmicas de nuclearização do casal mantêm-se assim crescentes, mais uma vez singularizando estas regiões como as mais afetadas por processos de individualização da vida familiar. A par, note-se ainda, com o reforço do envelhecimento, como é aliás tendência global na sociedade portuguesa contemporânea.

Convergência e diferenciação regional: um país dividido?

Nos últimos vinte anos permaneceram divisões regionais a recortar o país de forma visível, algumas delas herdadas de períodos históricos anteriores. Não se trata contudo já de uma divisão linear entre Norte e Sul, o primeiro mais conservador e o segundo mais liberal em matéria de comportamentos familiares, como notaram vários estudos sobre a realidade portuguesa (Bandeira 1996; Roland 1997; Wall 1998, entre outros). Em matéria de vida familiar, se temos hoje um país geograficamente diversificado, as colorações das diferentes regiões já não obedecem apenas a heranças ancestrais ou a divisões lineares. Nalguns casos e em certas tendências de mudança houve até uma relativa convergência, fazendo do território nacional um espaço um pouco mais homogêneo. Noutros casos, e resgatando as grandes tendências que pudemos observar sob o matiz das regiões, a diferenciação permanece, não obstante poder falar-se atualmente de um panorama ligeiramente mais diversificado do que aquele que tínhamos no início dos anos 90 do século xx. Num certo sentido, movimentos de convergência (como o envelhecimento) e de diferenciação (a proporção de coabitação ou pessoas sós) vieram complexificar os contrastes regionais, dando-lhes um renovado arranjo geográfico.

Neste ponto, importa pois sumarizar tendências e sintetizar diferenciações regionais, comparando os dois períodos temporais que analisámos. Como antes diagnosticámos, é hoje possível fazer um desenho geral e, olhando para o passado recente, compreender a tensão entre conjugação e individualização que marcou, em grandes linhas, repetimo-lo, os anos 90. Se a síntese é sempre útil, interessa-nos então reter dois traços fundamentais: a autonomia dos casais face à co-residência com o parentesco, mais visível a norte e nas ilhas, e o crescimento concertado, sobretudo no litoral, a sul e nas grandes regiões urbanas, de indicadores associados ao referido movimento de individualização: mais pessoas sós em todos os grupos etários, mais coabitação conjugal, menos casais com filhos, menos agregados de famílias complexas.

Todavia, este retrato sucinto carece de uma observação mais aprofundada das mudanças operadas no panorama regional. Por que se alteraram algumas tendências e outras permaneceram num ritmo continuado e certo? Por que se alterou também o perfil de algumas regiões que em 2011 aparecem com características algo diversas daquelas que se pronunciavam em 2001?

No quadro 3.3 encontramos um resumo destas transformações regionais. A sua análise, embora carecendo de maior informação sobre as especificidades das sub-regiões interiores às NUTS III, é, não obstante, elucidativa e poderá propiciar estudos mais aprofundados sobre o tema. Vejamos algumas das alterações mais relevantes operadas no mapa das dinâmicas familiares.

O caso quiçá mais interessante e, por isso, merecedor de reflexão abrange as regiões do Minho-Lima, Baixo Vouga, Açores e Madeira. Se em 2001 se enquadravam num perfil de mudança rumo à conjugalização da vida familiar, em 2011 esta tendência deu lugar a um perfil de acentuar do envelhecimento e diversificação. Neste perfil, agrupam-se igualmente outras regiões onde os prenúncios de individualização eram bastante fortes no final dos anos 90: o Baixo Mondego, o Grande Porto e o Pinhal Litoral. As tendências anteriores diversificaram-se e mudaram o suficiente para que outra grande tendência se sobrepujasse à realidade de 2001, altura em que o país beneficiava de condições económicas e sociais muito diferentes. O acesso à compra de habitação, as baixas taxas de desemprego (quando comparadas com as atuais), o *boom* da escolarização, a erosão dos valores muito conservadores e do institucionalismo na vida familiar são alguns dos fatores que nos relembram já um momento histórico bem diferente do atual, apesar de apenas dez anos os separarem. Atualmente, acompanhando todas estas transformações, é, sem dúvida, o acelerado processo de envelhecimento da sociedade portuguesa o grande fator explicativo da relativa homogeneização a que assistimos. Afinal é também este processo demográfico que parece explicar a maior convergência relativa entre as regiões do Alentejo e as do interior norte.

A verdade é que o país envelheceu, notando-se tal efeito demográfico na esmagadora maioria das regiões, com muito poucas exceções relativas. Quase todos os perfis retratam marcadores deste envelhecimento acentuado, não obstante os matizes de diferenciação que procurámos também identificar, tentando não obscurecer sob a esmagadora influência do envelhecimento as tendências consistentes de individualização que se foram reforçando até à data do Censo de 2011. Podemos assim constatar, enquanto conclusão, que existe também uma continuidade relativa das dinâmicas regionais no tempo. Por outras palavras, as mudanças são cumulativas, muito embora pareçam favorecer mais o acentuar da individualização do que a manutenção de dinâmicas de conjugalização fortes. O casal continua a ser, notemo-lo, a principal forma de organização da vida doméstica e familiar. Porém, o decréscimo da fecundidade, a informalização da vida conjugal, os divórcios e as recomposições produzi-

Quadro 3.3 – Distribuição regional (NUTS III) por tipo de dinâmicas de transformação da vida familiar: 1991-2001 e 2001-2011

2001-2011 1991-2001	Diminuição da conjugação, com sobre-representação das famílias simples					
	Conjugação	Conjugação sem filhos e envelhecimento	Conjugação com filhos e diversificação	Conjugação com filhos e isolamento	Conjugação com filhos e individualização	Conjugação com filhos e individualização
Conjugação	Cávado	Dão-Lafões	Minho-Lima Baixo Vouga Açores Madeira			
Acentuar da conjugação	Ave Tâmega Entre Douro e Vouga	Douro				
Aumento da informalização e da individualização			Baixo Mondego Grande Porto Pinhal Litoral		Oeste Médio Tejo Lezíria do Tejo	
Acentuar da informalização e da individualização						Grande Lisboa Península de Setúbal Algarve
Acentuar do isolamento e da informalização		Alentejo Central Alentejo Litoral Baixo Alentejo		Alto Alentejo		
Estabilidade, isolamento e envelhecimento		Alto de Trás-os-Montes		Pinhal Interior Norte Pinhal Interior Sul Serra da Estrela Beira Interior Norte Beira Interior Sul Cova da Beira		

ram indelévels alterações nas formas como se constrói o casal e se vive (cada vez mais e apenas) a dois.

Outra conclusão relevante prende-se com o efeito da urbanidade. Voltemos então ao caso do Grande Porto. Se em 2001 poderíamos, sem grandes dúvidas, atribuir o acentuar da individualização na vida familiar ao carácter urbano da região (como aliás é aplicável a outros casos), em 2011 a urbanidade parece não possuir por si própria um efeito explicativo. Neste caso, colocamos a hipótese de que as tendências para uma maior individualização da família sejam efetivamente «abafadas» pelo envelhecimento demográfico, pelo menos ao nível ecológico em que situamos a nossa análise. Em suma, se uma tensão ou divisão tende hoje a existir, gerando fronteiras no interior do país, esta prende-se com o avanço paralelo de uma vida familiar menos centrada no casal com filhos, mais individualizada e muito mais envelhecida.

Estas são muito provavelmente dinâmicas centrais na análise do futuro das famílias e da forma como se vão reconstruindo os contrastes regionais. Lembremos que segundo o relatório da Gesaworld (2005), no caso português, as projeções da população para 2050 apontam para uma duplicação da percentagem de pessoas com mais de 65 anos e, por isso mesmo, «em 2050, Portugal será o quarto país da EU-25 com maior percentagem de idosos, só ultrapassado por Espanha (35,6%), Itália (35,3%) e Grécia (32,5%)» (Gesaworld 2005, 22). Sem dúvida, no cenário atual a Europa do Sul parece ser palco de um envelhecimento ainda mais acentuado do que sucede em outros contextos europeus, consequência sem dúvida de taxas de fertilidade muitíssimo baixas, problema que se tem progressivamente transformado num pesado desafio em matéria de políticas públicas para a natalidade e a família. Com efeito, em termos institucionais, a alteração profunda dos padrões demográficos tem ganho crescente visibilidade na esfera pública, chamando a atenção para problemas centrais em vários domínios, desde os sistemas de proteção e de segurança social, a prestação de cuidados de saúde, a rede de equipamentos e de serviços até às políticas de apoio à família. Afinal, o envelhecimento acentuado de uma sociedade representa em si um gravíssimo problema, colocando desafios acrescidos a nível da sustentabilidade dos sistemas públicos de proteção social (Aboim *et al.* 2010) e, de modo mais geral para além das questões financeiras, ameaçando a própria sustentabilidade de uma sociedade que verá a sua população diminuir dramaticamente. Envelhecimento, desemprego juvenil e emigração conjugam-se de forma pouco favorável que certamente se irá refletir ainda com mais acuidade na vida dos indivíduos e das famílias.

Em suma, numa nota conclusiva geral, podemos hoje afirmar que, em face do cenário que traçámos, se atenuaram relativamente, no último decénio, os contrastes regionais. Contudo, apesar desta tendência, continuam a ser relevantes e operativas as diversidades regionais que permanecem. É aliás através destes contrastes que melhor compreendemos as grandes mudanças e permanências existentes na vida doméstica e familiar em Portugal.

Referências bibliográficas

- Aboim, Sofia. 2003. «Evolução das estruturas domésticas». *Sociologia, Problemas e Práticas*, 43, 13-30.
- Aboim, Sofia, Teresa Amor, Vítor Sérgio Ferreira, e Cátia Nunes. 2010. «Transições para a velhice». In *Tempos e Transições de Vida: Portugal ao Espelho da Europa*, orgs. José Machado Pais e Vítor Sérgio Ferreira. Lisboa: Imprensa de Ciências Sociais, 69-104.
- Bandeira, Mário. 1996. *Demografia e Modernidade: Família e Transição Demográfica em Portugal*. Lisboa: Imprensa Nacional-Casa da Moeda.
- Beck, Ulrich, e Elizabeth Beck-Gernsheim. 2002. *Individualization*. Londres: Sage.
- Cabral, Manuel Villaverde, Pedro Moura Ferreira, Pedro Alcântara da Silva, Paula Jerónimo, e Tatiana Marques. 2013. *Processos de Envelhecimento em Portugal: Usos do Tempo, Redes Sociais e Condições de Vida*. Lisboa: Fundação Francisco Manuel dos Santos.
- Gesaworld. 2005. Relatório Final da Fase I de Diagnóstico da Situação Actual, *Projecto de Apoio e Assessoria à Implementação de um Modelo de Rede de Cuidados Continuados Integrados e Progressivo Desenvolvimento dos Serviços Comunitários de Proximidade em Portugal para Promoção e Desenvolvimento de Cuidados de Saúde e Apoio Social a Pessoas em Situação de Dependência*.
- Giddens, Anthony. 1992. *As Consequências da Modernidade*. Oeiras: Celta Editora.
- Hammel, Eugene A., e Peter Laslett. 1974. «Comparing household structure over time and between cultures». *Comparative Studies in Society and History*, 16: 73-110.
- King, Gary. 1997. *A Solution to the Ecological Inference Problem: Reconstructing Individual Behavior from Aggregate Data*. Princeton: Princeton University Press.
- Magurran, Anne E., 1988. *Ecological Diversity and Its Measurement*. Londres: Croom Helm.
- Rowland, Robert. 1997. *População, Família, Sociedade: Portugal, Séculos XIX-XX*. Oeiras: Celta Editora.
- Wall, Karin. 1998. *Famílias no Campo*. Lisboa: Publicações Dom Quixote.
- Wall, Karin, e Sofia Aboim. 2003. «Perfis regionais de mudança familiar – Síntese final». *Sociologia, Problemas e Práticas*, 43, 97-100.
- Wall, Karin, Susana Atalaia, Mafalda Leitão, e Sofia Marinho. 2013. «Observatório das famílias e das políticas de família – Relatório 2012». Lisboa: Instituto de Ciências Sociais, <http://www.observatoriofamilias.ics.ul.pt/images/relatorio%20verso%20completa%2019%20de%20dezembro.pdf>.